

Mudar a cultura litigante é desafio da Justiça gaúcha

Rio Grande do Sul é o 8º estado mais litigante do polo passivo do País

/ JUSTIÇA

Joaquim Porto

joaquimp@jcrs.com.br

Ao abordar um dos assuntos mais delicados do Estado, destaca-se a cultura litigante, que se refere à elevada tendência da sociedade de recorrer ao Poder Judiciário para solucionar conflitos. O Rio Grande do Sul se sobressai neste quesito no País, e, as disputas ideológicas e litigantes resultaram em uma decadência social enorme.

Na avaliação do presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa, ao longo dos últimos 40 anos, a sociedade gaúcha perdeu a sua cultura. E em algum momento começou também a perder várias posições no campo da educação, da saúde e das obras de infraestrutura, além da perda em grandes setores econômicos que preferiram se deslocar para outras regiões do País.

Neste sentido, o procurador-geral de Justiça do Estado, Alexandre Saltz, afirma que o Ministério Público vem trabalhando muito na linha da construção das soluções possíveis e necessárias para trazer segurança jurídica e tranquilidade à população. Ele ainda cita algumas peculiaridades do RS, recordando que “o Estado está envelhecendo, tendo o maior número de idosos do Brasil, além de possuir a menor taxa de natalidade”, o que causa impactos diretos na economia.

“É um fator que deve ser considerado em todos os processos de tomadas de decisão”, observa. “A litigância é da tradição do gaúcho, ou porque temos ótimos advogados ou porque optamos por trocar o facão e o revólver por processos judiciais, o que já é uma forma de civilização”, acrescenta Saltz.

Segundo o relatório de casos pendentes de 31 de março, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Rio Grande do Sul é o oitavo maior litigante do polo passivo do País, com 352.052 processos. Já o Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul (MPF/RS) se encontra na mesma posição, mas, do polo ativo, com 374.700 casos em andamento. “Não vou discutir os motivos,



Machado, Saltz, Costa e Müller debateram o tema no Tá na Mesa da Federasul

mas o fato é que o litígio existe. E, esta forma de resolução de conflitos, através da litigiosidade, já se mostrou absolutamente superada, insuficiente e ineficiente”, aponta Saltz.

Saltz ainda salientou algumas ações da instituição em relação à saúde e educação. De acordo com ele, historicamente o Estado incluía gastos com inativos no cálculo dos 12% da receita destinada à saúde, porém, o MP/RS contrariava, reivindicando em quase 15 horas de reuniões realizadas, que os 12% fossem colocados em serviços e ações finalísticas.

Na educação, foi executado um acordo progressivo no tempo, garantindo um aporte extra de R\$ 270 milhões em 2025, com a meta de chegar a R\$ 6,7 bilhões acumulados até o ano de 2030. O capital é investido em modernização da rede educacional, recuperação de infraestrutura escolar e expansão do ensino em tempo integral.

Já Felipe Müller, procurador-chefe do MPF/RS, tentou em sua fala desmistificar percepções em relação à entidade. Ele iniciou articulando contrário às críticas referentes ao Ministério Público, intitulado como “burocrata, trava obras e investimentos e atrapalha o desenvolvimento do Estado”. Segundo ele, o MP se tornou um inimigo imaginário, mas, na verdade, é um parceiro estratégico, já que garante lisura, honestidade, probidade administrativa, estabilidade e segurança jurídica, atrativos evidentes para quem

deseja investir no RS.

“O Ministério Público não é um obstáculo ao mercado, mas um garantidor das regras do jogo. É um dos agentes responsáveis pela normalidade da nossa convivência social. O capital é covarde, foge de ambientes onde a regra muda no meio do jogo e a concorrência é desleal. O MP, a sociedade e o setor produtivo buscam a mesma coisa: a estabilidade e o cumprimento de regras legais”, explica Müller.

A visão mais moderna do MP é que ele seja mais resolutivo, no sentido de resolver um conflito sem a litigância judicial. E hoje busca menos processos, porém, com mais resultados, através de uma mediação preventiva, redução de custos de transação e foco em acordos.

O procurador-chefe conclui afirmando que “o reerguimento e a evolução do povo gaúcho são tarefas coletivas”, e só será possível com diálogo aberto, confiança mútua e prosperidade sustentável, não só em termos ambientais, mas de investimento, crescimento do Estado para as próximas gerações que virão.

O tema “Litigância gaúcha: nossa responsabilidade no reerguimento do RS” foi discutido durante o Tá na Mesa, realizado pela Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul) na semana passada, com foco na recuperação e reconstrução após os desafios e desastres climáticos que vêm devastando as regiões gaúchas.

Opinião

Emoções, conflitos e mediação privada

Mireza Faria Martí

Nossa sociedade está cada vez mais coberta de conflitos, de todas as intensidades, formas e motivos. Mas, antes dos conflitos, algo os causou dentro de nós: as emoções. E, por muitas vezes, não sabemos nem diagnosticar nem como fazer para que ele, o conflito, não sofra um aumento, o que vamos dar o nome de escalada do conflito.

É fundamental citar o trabalho do neurocientista português António Damásio em sua obra, O Erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano, quando nos diz que as nossas emoções estão diante de um sistema automático, antecedendo a própria racionalidade.

É muito provável que as obscuridades do nosso cérebro sejam tamanhas que nunca tenhamos, em razão das nossas limitações individuais, a possibilidade de conhecê-las. Mas, como vivemos em sociedade, precisamos trabalhar com nossas emoções da melhor forma possível.

Dependendo da maneira como respondemos às nossas emoções, podemos criar conflitos. Estes fazem parte da nossa existência e têm, segundo Acland, suas fases: nascimento, crescimento e desenvolvimento,

podendo morrer ou estacionar, cujas fases são coordenadas por nossas mentes.

Não podemos descartar que estamos vivendo em um mundo bastante conflituoso, onde, em 2018, o antropólogo americano Jamais Cascio criou o acrônimo, Mundo Bani (Brittle, Anxious, Nonlinear e Incomprehensible), traduzido como frágil, ansioso, não-linear e incompreensível.

Assim, trazemos a mediação privada como possibilidade, diante da vontade das pessoas de trabalharem de forma dialogada com seus conflitos. Somente por meio de uma boa comunicação é que os envolvidos podem, com a ajuda de uma equipe de profissionais que estudou e tem habilidades para lidar com tais situações, atingir o que o mediador, o psicólogo e o psicanalista argentino, idealizador da proposta da Mediação Emancipadora Responsável, Juan Carlos Vezzulla, chama de autonomia, onde os envolvidos têm a possibilidade de objetivar, com responsabilidade, as suas atitudes e decisões.

Podemos afirmar que, consoante a Mediação Privada, a escalada do conflito passa a ser devidamente controlada.

Mediadora privada

NOTAS

• A Associação Brasileira de Recursos Humanos, seccional Rio Grande do Sul (ABRH-RS) promove o Fórum Gestão de Relações Trabalhistas amanhã, no Salão de Convenções da Fieggs, em Porto Alegre, das 13h às 18h. As discussões - destinadas à gestores, líderes, profissionais de RH, saúde ocupacional e bem-estar - serão com o tema “Governança do cuidado: NR-1, assédio e endividamento”. As inscrições podem ser feitas através do site abrhrs.org.br.

• O bacharel em Direito e escritor Sander Félix Morais lança no próximo dia 16, às 18h30min, o livro “Dias sem Luz”, pela editora Ipê das Letras, inspirado na trágica história do menino Bernardo Boldrini. A obra, embora ficcional, faz uma distinção entre o que é lei e o que é sistema. O lançamento ocorre na Livraria Ábaco, rua Garibaldi, 1322, bairro Bom Fim, em Porto Alegre.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323